



FONOAUDIOLOGIA NO PROGRAMA CORUJINHA AZUL

Diretrizes Institucionais de Coordenação, Comunicação e Atuação Interdisciplinar

1. FINALIDADE DESTE DOCUMENTO

Este documento orienta a participação da Fonoaudiologia no Programa Corujinha Azul e sua relação com a Supervisão Técnica, a Coordenação Interdisciplinar, a equipe executora, a família, a escola e os demais parceiros da criança. Seu objetivo é deixar claro o que integra o trabalho institucional no campo da comunicação, como as decisões são construídas e quais demandas ultrapassam o modelo atual do programa.

A Casa do Corujinha não se organiza como uma clínica de atendimentos isolados por especialidade. A Fonoaudiologia integra um planejamento único para a criança, contribuindo com seu campo de conhecimento sem fragmentar o acompanhamento.

A Fonoaudiologia integra a coordenação interdisciplinar. Seu papel é qualificar o planejamento da comunicação e da linguagem dentro do modelo institucional, sem transformar o programa em um serviço de fonoterapia individual especializada.

2. SUPERVISÃO TÉCNICA E COORDENAÇÃO INTERDISCIPLINAR

A Supervisão Técnica acompanha o percurso global dos casos, organiza e integra os dados, conduz a discussão dos planejamentos, acompanha o PEI, supervisiona a execução dos objetivos e articula as orientações destinadas à família, à escola e à rede.

Psicologia, Fonoaudiologia e Educação Física compõem a Coordenação Interdisciplinar. Os coordenadores participam da discussão dos casos, analisam os dados relacionados aos seus campos de conhecimento, contribuem para a definição e revisão dos objetivos, orientam profissionais e estagiários e identificam situações que exigem avaliação ou acompanhamento específico.

Os casos não são fracionados entre profissões. Existe um planejamento individual para a criança. A interdisciplinaridade integra conhecimentos, mas não elimina as responsabilidades técnicas, éticas e legais de cada área.

3. PAPEL DA FONOAUDIOLOGIA NA COORDENAÇÃO

Dentro do modelo do Corujinha Azul, a Fonoaudiologia participa da análise das necessidades relacionadas à comunicação e à linguagem, da discussão dos objetivos do PEI, da revisão de estratégias e recursos comunicativos e da orientação da equipe e dos parceiros de comunicação.

Esse trabalho pode incluir discussão de repertórios comunicativos, habilidades pré-linguísticas, uso funcional da comunicação, Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), participação dos interlocutores, generalização dos repertórios e necessidade de encaminhamento para avaliação especializada quando a demanda ultrapassar o escopo institucional.

Quando uma decisão depender de avaliação fonoaudiológica de linguagem, diagnóstico fonoaudiológico ou planejamento terapêutico específico da Fonoaudiologia, ela deve ser assumida pelo profissional habilitado, de acordo com as normas da profissão.

4. O QUE TRABALHAMOS NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO

O programa trabalha comunicação funcional nos contextos reais da criança. Isso inclui ampliar possibilidades de solicitar, escolher, recusar, pedir ajuda, pedir pausa, informar desconforto, chamar pessoas, compartilhar interesses, responder, iniciar interações e participar das atividades do cotidiano.

Também podem ser trabalhadas habilidades básicas e pré-linguísticas relacionadas à interação e à construção de repertórios mais complexos, como atenção ao parceiro, atenção compartilhada, imitação, alternância de turnos, iniciativa, discriminação e participação em atividades compartilhadas. Esses repertórios não são tratados como pré-requisitos para CAA.

A CAA pode integrar o planejamento como um recurso de comunicação, de forma complementar ou alternativa à fala, coexistindo com gestos, sinais, vocalizações, palavras faladas e outras formas de expressão. O objetivo é aumentar acesso, autonomia comunicativa e participação.

5. MAPEAMENTO FUNCIONAL E CONSTRUÇÃO DE RECURSOS

O Mapeamento Funcional da Comunicação no Cotidiano é um instrumento institucional, observacional e interdisciplinar. Ele busca identificar como a criança se comunica hoje, quais formas já fazem parte de seu repertório, quais necessidades ainda não possuem resposta funcional, em quais contextos isso ocorre e quais oportunidades de ensino podem ser organizadas.



O mapeamento não é avaliação fonoaudiológica de fala ou linguagem e não produz diagnóstico. Seus dados alimentam o planejamento interno e podem subsidiar a discussão com a coordenação fonoaudiológica, a família, a escola e profissionais externos.

Quando houver indicação de prancha, caderno ou outro recurso de CAA, a construção deve partir das necessidades reais da criança e ser acompanhada no uso cotidiano. Cada necessidade mapeada deve gerar um objetivo funcional de ensino, e não apenas a inclusão de uma figura no recurso.

6. PARCEIROS DE COMUNICAÇÃO

Parte central do modelo é orientar as pessoas que convivem com a criança. Família, escola, equipe e outros parceiros podem ser ensinados a reconhecer tentativas de comunicação, oferecer oportunidades naturais, aguardar respostas, modelar o uso dos recursos disponíveis, respeitar recusas, responder às iniciativas e favorecer generalização.

Orientar parceiros não significa transferir procedimentos fonoaudiológicos para familiares, professores, estagiários ou profissionais de outras áreas. O parceiro aprende a tornar o ambiente mais responsivo à comunicação da criança e a utilizar, na rotina, estratégias que façam parte do planejamento interdisciplinar.

7. LIMITES DO ESCOPO INSTITUCIONAL

O modelo atual do Programa Corujinha Azul não inclui fonoterapia individual especializada para diagnóstico e tratamento direto de transtornos complexos ou específicos da produção da fala. Essa delimitação decorre da própria estrutura de atuação da instituição e permanece mesmo quando há fonoaudiólogo na coordenação.

Demandas como apraxia de fala na infância, disartria e outros transtornos motores da fala, assim como quadros que exijam avaliação diferencial e intervenção fonoaudiológica individual específica, devem ser encaminhadas para atendimento especializado. A criança pode continuar no Corujinha nos objetivos compatíveis com o programa, como comunicação funcional, CAA, interação, aprendizagem, autonomia, comportamento e participação.

Quando pertinente e autorizado pela família, a Casa do Corujinha busca manter articulação com o profissional externo responsável, para que os diferentes objetivos não caminhem de forma desconectada.

8. FLUXO DE TRABALHO

Levantamento das necessidades > observação e mapeamento funcional > discussão com Supervisão Técnica e Coordenação Interdisciplinar > definição de prioridades e PEI > execução dos objetivos pela equipe > orientação dos parceiros > registro de dados > revisão dos recursos e estratégias > generalização e reavaliação.

Quando surgir uma demanda específica de Fonoaudiologia, a coordenação analisa a necessidade dentro de sua competência e define se ela pode ser acompanhada no modelo institucional ou se exige avaliação e intervenção especializada externa.

Referências técnicas e normativas

BRASIL. Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981. Regulamenta a profissão de Fonoaudiólogo.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Resolução CFFa nº 640/2021. Código de Ética da Fonoaudiologia.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Resolução CFFa nº 799/2025. Regulamenta a atuação do fonoaudiólogo na Comunicação Aumentativa e Alternativa.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Versão 1.0 | Setembro de 2026 | Documento institucional de orientação técnica